



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

CRISES POLÍTICAS REGENCIAIS: A CURTA PRESIDÊNCIA DE FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE EM PERNAMBUCO (1833-1834)

Manoel Nunes Cavalcanti Junior¹¹⁵
(IFBA)

RESUMO

Este trabalho discute os embates das facções políticas de Pernambuco durante o período regencial do Brasil Império. A curta presidência de Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque serve de cenário para compreender as estratégias e a forma de agir dos atores no jogo político provincial.

PALAVRAS-CHAVES: Brasil Regência – Relações de Poder – Elites

INTRODUÇÃO

A política regencial é normalmente caracterizada pelo embate entre três grupos políticos que encarnavam projetos distintos de nação: os moderados (também conhecidos como *chimangos*), os restauradores (ou *caramurus*) e os exaltados (ou *farroupilhas*). Segundo Marco Morel, os *moderados* eram liberais e defensores de um Estado forte e centralizador. Seu núcleo girava em torno da Corte, especialmente nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Porém, isto não impediu que tivessem ramificações por todas as demais províncias. Após a abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831, foram eles que assumiram e controlaram o poder durante o período

¹¹⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Campus de Vitória da Conquista
Doutor em História pela UFPE – manoel_46@hotmail.com
Grupo de Pesquisa: Poder e Relações Sociais no Norte e Nordeste (UFPE)



regencial. Os *restauradores* existiam desde a década de 1820. Com um discurso pautado pelo antiliberalismo, defendiam um Estado centralizador e destacavam a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular. Durante a Regência, seu mote seria a defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro. Já os *exaltados* tinham por base do seu ideário a valorização da soberania popular. Seus líderes usavam um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública, denunciando a opressão econômica, social e étnica. Além disso, empunhavam a bandeira do federalismo e da descentralização administrativa (MOREL, 2003:33-38).

Em Pernambuco a configuração política era muito parecida com esta que predominava na Corte. Para entendermos o quadro pernambucano é preciso voltar um pouco no tempo. Desde a Confederação de 1824 que a província era palco de uma acirrada disputa política. Inserida no contexto do processo da Independência do Brasil que ali se desenrolou, a Confederação representou a luta pelo poder entre dois grupos, iniciada anos antes, quando da conflagração entre os diferentes projetos de nação surgidos durante o processo. O primeiro era formado pelos partidários de Pedro I, classificado por Carvalho como “centralista”: bem articulados com o projeto pensado no Rio de Janeiro, seus integrantes eram favoráveis à união das Províncias sob a batuta do príncipe regente (CARVALHO, 1998). Tinha como integrantes muitos elementos oriundos da antiga aristocracia açucareira, despontando como líder maior o Morgado do Cabo e futuro Marquês do Recife, Francisco Paes Barreto. O segundo grupo era o dos federalistas, interessados principalmente em manter a autonomia provincial que havia sido conquistada com a Revolução do Porto, em 1821. Era liderado pelo comerciante Gervásio Pires Ferreira, tendo despontado também o nome de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que seria o Presidente da proclamada Confederação.

O fracasso do movimento de 1824 representou a consolidação do projeto centralizador. O Morgado do Cabo e seus aliados, principalmente os Cavalcanti, ficaram com os louros da vitória e foram bem recompensados por Pedro I (CARVALHO, 1998). Aos perdedores, reservou-se a perseguição. Paes de Andrade, por exemplo, precisou refugiar-se em um navio inglês e exilar-se, só voltando ao país após a abdicação do Imperador.



Quando o Morgado do Cabo se afastou da vida política, os Cavalcanti se tornaram seus herdeiros políticos. Congregando ao seu redor um bom número de famílias de grandes proprietários, interligados entre si por laços de parentesco, os filhos do velho Coronel Suassuna souberam manobrar de tal forma que se tornaram personagens preponderantes na luta política, tanto no âmbito provincial como no nacional.¹¹⁶

A abdicação de Pedro I, em 1831, trouxe mudanças para o cenário político nacional e, especialmente, para Pernambuco. Os *federalistas* de 1824 se dividiram entre os *exaltados* e os *chimangos*. Quanto aos *restauradores*, seu grupo era formado principalmente por militares, portugueses e desembargadores da Relação da Província. O motim conhecido como Abrilada, ocorrido em 1832, foi promovido por elementos restauradores do Recife. O desenrolar dos seus acontecimentos levou ao surgimento da chamada Guerra dos Cabanos, que se estenderá até 1835 (CARVALHO, 1998). Uma diferença entre Pernambuco e a Corte era a existência de um quarto grupo político, a oligarquia dos Cavalcanti. Conforme afirmado anteriormente, foram eles um dos principais beneficiados com a vitória de Pedro I sobre a Confederação do Equador. Carvalho afirma que, embora aliados, os Cavalcanti eram refratários à tentativa do Imperador em monopolizar o poder na Província. A centralização deveria ir até onde não interferisse em seus interesses locais. A relação transcorria um tanto tensa. A Abdicação de 1831, que a princípio poderia ser vista como derrota para este grupo, não atingiu significativamente o seu poder (CARVALHO, 2009:124-126). A movimentação política dos Cavalcanti os levou a uma certa autonomia em relação aos demais grupos. Existia uma suspeita de aproximação com os *restauradores*. Abreu e Lima, em uma de suas cartas, deu a entender que os irmãos Cavalcanti estavam colaborando com os restauradores.¹¹⁷

¹¹⁶ Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (Visconde de Camarajibe). Os três últimos foram Senadores por Pernambuco. O Visconde de Suassuna foi vice presidente da Província desde o início dos anos 1820, tendo assumido a Presidência, entre 1826 e 1844, por sete vezes. Sobre eles, ver CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2009:121-183; CADENA, 2013.

¹¹⁷“...ele (Pedro I) muito se tem pago dos Pernambucanos nesta Época – a ideia de um Suassuna nesse negócio lhe dá prazer porque ele faz grande ideia do desinteresse e da honra dessa família...” Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.



Foi neste contexto político que tomou posse na presidência da província de Pernambuco, em 6 de dezembro de 1833, o então deputado geral Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Primo dos irmãos Cavalcanti e Desembargador da Relação de Pernambuco, ele estava no seu segundo mandato. Sua nomeação para o cargo mais importante da província foi construída ainda entre setembro e outubro daquele mesmo ano. Parece ter sido uma aposta do então Ministro do Império do Gabinete de 23 de maio de 1833, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba). Outros dois nomes estavam sendo cogitados: os irmãos Sebastião e Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista). Os três eram ligados aos Cavalcanti, mas a nomeação de Francisco de Paula desagradou a Holanda Cavalcanti, pois não fora consultado sobre esta decisão. Na verdade ele e Aureliano não se relacionavam bem, conforme versão do próprio Holanda. Este preferiria que Sebastião do Rego Barros tivesse sido o escolhido. O que acabou acontecendo foi que Francisco de Paula procurou Holanda para saber se deveria aceitar o convite, desconfiando o arguto Cavalcanti que aquilo não passava de uma delicadeza, pois tudo já tinha sido encaminhado. Era um momento de incertezas e uma época não muito propícia para os Cavalcanti na corte. Mesmo contrariado, Holanda viu a nomeação de seu primo Francisco ser consumada (CADENA, 2013:110-112).

Para liberais moderados e exaltados pernambucanos a chegada de um presidente da província ligado aos Cavalcanti não era algo bom, pois a boca miúda circulavam boatos de que os Suassunas estavam por trás do apoio aos cabanos. Deveriam ficar desconfiados, mesmo com o fato de Holanda não estar satisfeito com a nomeação. Talvez a intenção de Aureliano fosse a de provocar um racha no grupo do seu desafeto com um elemento de dentro da própria facção Cavalcanti. O fato, porém, foi que Francisco de Paula assumiu o poder enfraquecido politicamente. Some-se a isto seu temperamento. Apesar de experiente na lida política, Alfredo de Carvalho lhe pintou cores carregadas. Taxou-o de “homem tíbio e irresoluto”. Se em condições normais já era inapto para atender às necessidades administrativas da província, era “muito menos idôneo” para arcar com as responsabilidades de um governo envolto em uma situação “revolucionária” (CARVALHO, 1884:591-617). De acordo com o Comandante das Armas



da época, José Joaquim Coelho, o próprio Paula de Almeida lhe havia dito que não era dotado “daquela disposição necessárias aos governantes em crises arriscadas”.¹¹⁸

O novo presidente assumiu o governo em uma situação de extrema dificuldade. Segundo o que se depreende dos jornais da época, a principal preocupação das autoridades em Recife era o recrudescimento da Guerra dos Cabanos. A luta já estava para completar dois anos e as perspectivas para o governo não eram nada animadoras. Os cofres públicos encontravam-se exauridos. Os cabanos pareciam fortalecidos, recebendo apoio tanto de pessoas em Recife quanto, até mesmo, de indivíduos dentro das tropas do governo.¹¹⁹ Uma anistia aprovada por deputados e senadores e publicada pela Regência em fins de 1833 não adiantou nada.¹²⁰ Pior: alguns críticos disseram que serviu apenas para reforçar os cabanos: “...não aceitaram a anistia, e foi seu só efeito dar-lhes tempo e lugar para se reforçarem, rearmarem, e abastecerem.”¹²¹

A apreensão aumentou ainda mais com a notícia da interceptação de cartas vindas do Rio de Janeiro articulando os restauradores da corte com os restauradores locais. Eram cartas do general Abreu e Lima para o seu irmão Luiz Roma. Os irmãos Roma, incluindo Francisco e João Ignácio Ribeiro Roma, se tornariam os principais nomes ligados aos restauradores e tomados pela opinião pública como seus líderes. Mas a trajetória política desta família era curiosa.

Eles eram filhos do mártir de 1817, José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma. No 1º Reinado militaram nas hostes da oposição local: o grupo dos constitucionalistas federalistas, ligados à Confederação do Equador. Após a abdicação de Pedro I em 1831, passaram a integrar o partido dos restauradores. Na década seguinte, militarão ao lado dos liberais prairieiros. Estas mudanças não serão um fenômeno isolado

¹¹⁸Diário de Pernambuco, 20/06/1835, nº 107, sessão Correspondências.

¹¹⁹ O tenente João Ignácio Ribeiro Roma foi preso em dezembro de 1833 por manter contato com um dos chefes dos revoltosos e pretender lhe entregar uma porção de pólvora, a qual foi apreendida (Diário de Pernambuco, 21/01/1834, nº 299). Um morador da freguesia da Boa Vista, João Leitão Figueira, foi preso e enviado para Fernando de Noronha por fornecer munição de guerra e de boca, além de enviar continuamente correios com notícias da capital. A prova seria uma ordem enviada a ele e assinada pelo líder cabano Vicente Ferreira de Paula, em 07/12/1833. (Diário de Pernambuco, 29/01/1834, nº 306)

¹²⁰ Foi a Lei nº 57, de 8 de outubro de 1833. Dizia em seu artigo único que o governo ficava autorizado a conceder anistia, pelo prazo de dois meses e segundo pedir o bem do Estado, a todos os crimes políticos cometidos até então em quaisquer das províncias. BONAVIDES; AMARAL, 1996:609.

¹²¹Diário de Pernambuco, 09/01/1834.



nas disputas políticas locais. A adesão do general Abreu e Lima à causa dos restauradores parece ter sido o ponto de guinada também dos seus irmãos. O evento das cartas trocadas entre ele e o seu irmão Luiz aponta para isto. Nelas são repassadas notícias de Pernambuco, especialmente o desenrolar da luta dos cabanos, e também dos eventos e movimentações políticas na Corte. O seu conteúdo conspiratório levará as autoridades policiais pernambucanas a persegui-los e os Roma a caírem em desgraça.

As correspondências davam a entender que Luiz e Abreu e Lima se comunicavam desde pelo menos setembro de 1833. Na carta escrita em 29 de novembro, Abreu e Lima reclamava do clima de intriga reinante no Rio de Janeiro. Chamava o Partido Caramuru na Corte de canalha: “O que eles pensam menos é em D. Pedro; todos querem mandar; todos querem ser Regentes e Ministros de Estado, e eu não quero ser nem uma coisa nem outra; e por isso já os não posso aturar”.¹²² Enfatizava que não queria cargos, apenas pôr em prática os seus projetos de colonização de indústria rural, “que é o que me há de assegurar uma fortuna”. Recomendava a Luiz, a quem chamava de Lulu, que apressasse o golpe. Ele desejava ir logo para Pernambuco, mas cumpriria a promessa de somente viajar depois de receber o seu aviso. Tinha mais de vinte bons oficiais, tanto de Cavalaria como de Caçadores, que iriam com ele. Na sua visão, o Norte era quem decidiria o problema. Orientava Luiz a tentar levar os cabanos a um objetivo único e conquistar uma primeira vitória. A adesão de Abreu e Lima ao partido seria a senha para um movimento geral.

Ainda nesta mesma carta, Abreu e Lima dizia que quem estava à frente da articulação para a volta de D. Pedro era a Duquesa de Bragança, sendo ele a pessoa em quem ela mais confiava para levar o plano adiante. O ministro inglês também estava empenhado nisto. As intenções de D. Pedro eram boas, mas só voltaria com o apoio da população e sua cooperação. O general era o agente no Brasil do plano da restauração. Nem com os caramurus ele dividiu o que havia recebido de incumbência na Europa. D. Pedro queria contar somente com os brasileiros natos na luta pelo seu retorno. E jogava mais lenha nas desconfianças contra os Suassunas:

¹²² Diário de Pernambuco, 12/01/1834, n° 292.



...portanto somos nós quem havemos de fazer a contra revolução; ele muito se tem pago dos Pernambucanos nesta Época – a ideia de um Suassuna nesse negócio lhe dá prazer porque ele faz grande ideia do desinteresse e da honra dessa família, assim como da consagração de todos vocês à causa da tranquilidade, da ordem, e do trono Imperial.¹²³

Estas notícias de conspiração e de ameaça de fortalecimento dos cabanos com elementos vindos da corte forneceram o motivo para que um golpe contra o recém empossado Francisco de Paula começasse a ser articulado. Sua fraqueza política facilitaria o trabalho dos golpistas.

A primeira reação partiu do coronel Francisco Jacinto Pereira, do capitão José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa, Comandante interino da Fortaleza do Brum, e do juiz de paz José Higino de Miranda. Os três enviaram uma representação à Câmara Municipal pedindo que o presidente da província e o Conselho do Governo tomassem medidas efetivas para combater a ameaça. A partir disto, os vereadores encaminharam um ofício à presidência no dia 15 de janeiro de 1834. Recomendavam, inicialmente, que ao Chefe das forças legalistas no Ponto de Panelas fosse dado maior poder de decisão para enfrentar os revoltosos. Em segundo lugar, havendo pessoas já pronunciadas e presas na cidade como sendo restauradores, e para não permitir que animem “tão detestável partido”, pediam que fossem remetidos o quanto antes para a Ilha de Fernando todos os presos pela rebelião de abril (Abrilada) e todos os Roma já pronunciados pelo promotor público. Em terceiro lugar, lembravam que fossem dadas as ordens necessárias para a captura do general Roma (Abreu e Lima), já pronunciado como conspirador, oficiando aos presidentes de Alagoas e Bahia e demais autoridades competentes, impedindo-o de se juntar aos insurgentes de Panelas. Em quarto lugar, que fosse empossado o quanto antes o Conselho de Governo eleito para aquele ano, pois as medidas urgentes e necessárias a serem tomadas exigiam um novo fôlego, coisa que o

¹²³ Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.



antigo já não possuía. Finalizavam solicitando medidas policiais de vigilância por parte dos juízes de paz em relação aos suspeitos de conivência com os conspiradores.¹²⁴

No dia 14 de janeiro, uma representação assinada por 89 pessoas foi encaminhada ao presidente da província pedindo a convocação do Conselho, tendo em vista o recrudescimento da guerra provocado pela proposta de anistia e a ameaça de conspiração dos irmãos Roma. Os juízes de paz também se manifestaram, levando ao governo uma terceira representação.¹²⁵

Para completar a pressão, na manhã do dia 16 de janeiro, guardas nacionais dos Batalhões de Olinda e das freguesias de Santo Antônio, Boa Vista e do Recife se reuniram no Campo dos Canecas (Largo de Nossa Senhora do Terço). Segundo o Comandante das Armas de então, José Joaquim Coelho, ele havia recebido informações desta reunião ainda na noite do dia anterior. O plano tinha sido elaborado pelos irmãos Machado Rios, Antônio e Francisco, tenentes-coronéis da Guarda Nacional e líderes ligados aos exaltados. Prontamente o Comandante das Armas informou ao presidente da província e lhe sugeriu tomar medidas imediatas para dissolver o ajuntamento no seu início. Para desarmar os guardas nacionais, pediu-lhe autorização e um documento onde o presidente se responsabilizaria pelo que ocorresse. Achando que poderia desarmá-los sem derramamento de sangue, Paula Almeida não acatou a sugestão e resolveu esperar pelo dia seguinte para ver o que pretendia aquela gente reunida. Ainda de acordo com o relato de Joaquim Coelho, os guardas nacionais se reuniam acobertados por uma ordem que os Carneiros obtiveram do então vice-presidente e também conselheiro Joaquim José de Miranda, colocando-se à disposição dos juízes de paz.¹²⁶

Este detalhe da ordem do governo dá mostras do grau de articulação dos amotinados. Na sessão extraordinária do Conselho do dia 15 de janeiro o assunto foi posto em pauta. Dá-se a entender que o governo autorizou os Comandantes dos três Batalhões que compunham a Legião da Guarda Nacional do Recife a porem seus soldados à disposição dos juízes de paz visando a manutenção da tranquilidade de seus

¹²⁴Diário de Pernambuco, 17/01/1834.

¹²⁵Diário de Pernambuco, 18/01/1834. Ata da Sessão extraordinária do Conselho do Governo em 15 de janeiro de 1834. In. PERNAMBUCO, 1997:275.

¹²⁶Diário de Pernambuco, 20/06/1835, nº 107, sessão Correspondências.



distritos. Uma dúvida pairava no ar: teria o vice-presidente Miranda dado a ordem? Como não se fazia presente à sessão, deliberou-se por encaminhar ao conselheiro Miranda um ofício no sentido de saber se de fato aquilo era verdade, uma vez que a cópia de posse do Conselho não tinha a autenticação de sua assinatura. De qualquer forma, sendo o ofício forjado ou não, o que isso nos indica é o fato dos conspiradores terem aproveitado um momento, na verdade algumas horas, em que Paula Almeida estava temporariamente afastado da presidência. Vale ressaltar o nenhum esforço que o Comandante da Legião do Recife fez para que seus subordinados dispersassem o ajuntamento. Era ele justamente Manoel de Carvalho Paes de Andrade.¹²⁷

A falta de firmeza do presidente permitiu que a manifestação aumentasse e inviabilizou, àquela altura, qualquer medida por parte do Comando das Armas. Ainda mais pelo fato de que pessoas influentes empregavam todos os meios de persuasão para o sucesso daquele movimento. Os guardas nacionais do ajuntamento também contavam com a proteção de praticamente todos os juízes de paz. Essa associação se torna mais clara pelo fato de ter sido a Junta de Paz quem enviou ao Conselho a requisição dos Comandantes dos Batalhões da freguesia da Boa Vista e Olinda “e mais Oficiais das Guardas Nacionais nela assinados”.¹²⁸ Eles redigiram um manifesto aos “dignos e livres pernambucanos”. Consistia este documento em quatro artigos, muito semelhantes às reivindicações da Câmara Municipal. Entre eles, exigiam que fossem removidos para a Ilha de Fernando de Noronha todos os portugueses, brasileiros natos e adotivos, tidos pela opinião pública como restauradores e coniventes com os “salteadores” de Panelas e Jacuípe; que o Governo empregasse toda a força necessária e a que pudesse obter para reforçar a tropa legalista na Guerra de Panelas.¹²⁹ Os reunidos alertavam o governo contra qualquer medida hostil que por acaso tomasse para frustrar a execução destes artigos, se comprometendo a manterem a ordem, a obediência à lei e o respeito às

¹²⁷ Ver ANDRADE, 2005:128-129.

¹²⁸ Diário de Pernambuco, 20/06/1835, nº 107, sessão Correspondências. PERNAMBUCO, 1997:276.

¹²⁹ A lista completa dos nomes sugeridos para serem enviados à Ilha de Fernando foi publicada pouco mais de um ano depois, no periódico chimango *O Velho Pernambucano*. Eram 28 nomes, estando entre eles quatro irmãos Roma (Francisco, Luiz, João e Antônio) e o futuro Comandante das Armas durante a presidência de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio da Costa Rebelo Rego Monteiro. Ver *O Velho Pernambucano*, 10/07/1835, nº 24.

autoridades constituídas. Por fim, não se responsabilizariam pelos “terríveis efeitos que resultarem desta reunião”, se acaso o Governo não atendesse as suas súplicas e quisesse tomar medidas contrárias.¹³⁰

QUADRO 1 – Lista das pessoas que assinaram a petição no Campo dos Canecas, em 17 de janeiro de 1834.

NOME	PATENTE
Francisco Carneiro Machado Rios	Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional do Batalhão de Santo Antônio
João Ribeiro Pessoa de Lacerda	1º Tenente de Artilharia de 1ª linha
Zacarias Rodrigues de Souza	Capitão da Guarda Nacional
João Arsênio Barbosa	2º Tenente
Rodolfo João Barata de Almeida	Tenente da Guarda Nacional
Joaquim José da Cunha	Alferes de 1ª linha
Antônio Prisco da Fonseca Carneiro	Capitão da Guarda Nacional de Santo Antônio
José Gonçalves Servina	Capitão da Guarda Nacional
Raimundo da Silva Maia	Tenente da Guarda Nacional
Manoel Antônio de Andrade	Alferes da Guarda Nacional
Francisco de Borja Giraldes	Alferes
Joaquim José Ferreira	Alferes
Anacleto Antônio de Moraes	Capitão e Comandante da Companhia de Afogados
Joaquim Izidoro de Oliveira	Alferes de 1ª linha
João de Sá Leitão	Tenente da Guarda Nacional
Manoel Antônio Viegas	Ajudante
José Francisco dos Prazeres	Alferes da Guarda Nacional
Justino Pereira de Faria	Alferes da Guarda Nacional
José Teixeira Peixoto	Alferes da Guarda Nacional
Manoel Filipe de Faria	Cirurgião Ajudante
Manoel Fernandes da Cruz	Tenente do Estado Maior
Antônio Carneiro Machado Rios	Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional do Batalhão da Boa Vista
Antônio da Silva Santiago	Capitão da Guarda Nacional
Joaquim Carneiro Machado Rios	Capitão da 5ª Companhia
Antônio Carlos de Pinho Borges	Capitão
Marcelino José Lopes	Alferes Secretário
José Cecílio Carneiro Monteiro	Alferes
Manoel Bento de Macedo	Tenente da 6ª
José Thomaz de Campos Quaresma	-
Francisco Ignacio de Ataíde	Alferes

Fonte: O Velho Pernambucano, 10/07/1835, nº 24.

¹³⁰Diário de Pernambuco, 18/01/1834. Ata da Sessão extraordinária do Conselho do Governo em 17 de janeiro de 1834. PERNAMBUCO, 1997:276-277.



Paula Almeida ainda tentou controlar a situação. Convocou extraordinariamente o Conselho do Governo no dia 15 para deliberar sobre as representações recebidas e avaliar a situação. Diante da gravidade dos fatos, os Conselheiros resolveram empossar o novo Conselho e tornar a reunião permanente, caso houvesse necessidade de tomar medidas de salvação pública. O presidente ainda enviou um ofício aos guardas nacionais, chamando-os a obedecerem à lei e a se recolherem. Prometia que medidas seriam tomadas em acordo com o Conselho que estava reunido.¹³¹ Estando presentes nele os novos conselheiros e deputados gerais que se encontravam em Recife, Francisco de Paula Cavalcanti e os irmãos Rego Barros, Francisco e Sebastião, esforçavam-se para sustentar a dignidade do governo. Vendo-se sem apoio político, Paula Almeida, no dia 17, deu parte de doente e entregou a presidência ao Conselheiro mais votado, o vice Manoel de Carvalho Paes de Andrade.¹³²

A forma vexatória como foi retirado da presidência da província não resultou em prejuízos para a carreira política de Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Com a ajuda dos Cavalcanti, voltou a ser eleito deputado geral para a 4ª Legislatura (1838-1841) e foi nomeado senador por Pernambuco em setembro de 1838.

A queda de Francisco de Paula representou a entrada na cena política da Guarda Nacional em Pernambuco. Até então as crises políticas tinham como um de seus atores principais as tropas do Exército, como em 1831 (Setembrizada e Novembrada) e 1832 (Abrilada). A forte desmobilização destas tropas provocou um vácuo que seria preenchido pela Guarda Nacional. As lideranças das facções políticas provinciais passaram a utilizar aquela Guarda como um braço armado em momentos de crise e disputa acirrada.

Na cena política provincial, o 17 de janeiro de 1834 foi o início da presidência de Manoel de Carvalho. Voltava ao poder o maior nome da Confederação do Equador graças a um golpe promovido pelos exaltados. O tiro era certo: caindo o titular, assumiria o

¹³¹Diário de Pernambuco, 20/01/1834.

¹³²Diário de Pernambuco, 20/01/1834; 20/06/1835, nº 107, sessão Correspondências.



Conselheiro mais votado, justamente um dos principais nomes da Sociedade Federal e um de seus presidentes. Mas o Manoel de Carvalho no poder se mostrará bem mais moderado que o exaltado de outrora. Sua atuação à frente do governo provincial promoverá um movimento de arrumação das alianças políticas. Ao contrário do que esperavam os exaltados, seu governo se sustentará com o apoio dos moderados. A oposição ficará a cargo de todos os outros: caramurus, os Cavalcanti e os exaltados. Esta recomposição política será determinante para o futuro das alianças envolvendo os partidos locais, preparando o terreno para o retorno dos Cavalcanti ao poder em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. 2.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. v.1. p. 609.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes. ***Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 - 1844)***. Recife: Editora Universitária, 2013.
- CARVALHO, Alfredo de. **As Carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos - 1834-1835**. In.Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Tomo quarto, nº 29, 2º semestre de 1883. Recife: 1884.
- CARVALHO, Marcus J. M. **Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824**. In.Revista Brasileira de História. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>. Acessado em 04/05/2012.
- _____. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)**, In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume II: 1831 - 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- COSTA, Francisco A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volume 9. 2ª ed. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte/FUNDARPE, 1983.
- MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. **Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834)**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco; CEPE, 1997. v.2.